

DEZ ANOS DE VIDA NA AFA: UM BALANÇO TALVEZ (DES)NECESSÁRIO

COR. ADM. AER. (RES.) LUÍS M. ALVES DE FRAGA

Resumo

Depois de termos estado mais de dez anos colocados na Academia da Força Aérea (AFA) julgámos conveniente fazer um balanço dessa década da nossa vida para publicar na *Revista Mais Alto*, órgão de comunicação oficial da Força Aérea, possibilitando que a nossa experiência servisse para, no futuro, se corrigirem algumas distorções que fomos encontrando enquanto docentes daquele estabelecimento. Como desempenhámos, também, funções de direcção na AFA e porque é a partir do ensino que se tem tempo para reflectir, acumulámos um *saber* que, se utilizado por quem tem de tomar superiores decisões na Força Aérea, pode ser útil para evitar erros futuros.

Demos a esse artigo, para o tornar de menos difícil leitura, a forma de uma entrevista que nunca, realmente, existiu. Assim, os assuntos fluíram livremente quase como se tivesse sido real o diálogo que imaginámos.

DEZ ANOS DE VIDA NA AFA: UM BALANÇO TALVEZ (DES)NECESSÁRIO¹

COR. ADM. AER. (RES.) LUÍS M. ALVES DE FRAGA

Ao cabo de mais de dez anos de colocação na Academia da Força Aérea, inicialmente como professor e coordenador do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, depois, também, como bibliotecário, mais tarde, sempre mantendo as funções anteriores, como presidente da comissão instaladora do ensino politécnico e primeiro director da Direcção do mesmo tipo de ensino, por fim, e depois de me ter desligado de todas as atribuições referidas, menos a de professor, como director da Direcção do Ensino Universitário, eis que passei à situação de reserva. Desligado laboralmente, mas ainda preso emocional e afectivamente a todas as funções que desempenhei na AFA, decidi-me a escrever como que um balanço crítico de modo a que a minha experiência ainda fosse aproveitável à Academia e à Força Aérea. Não poderia ser um balanço onde escondesse o que realmente sinto e o que pensei sobre o ensino superior na AFA; teria de haver sinceridade para haver utilidade. Ao fim de ter servido, naquele estabelecimento de ensino, mais de um terço do tempo que tenho de oficial, amo-o demais para que não fosse intrinsecamente verdadeiro na minha apreciação. Nem sempre a verdade é fácil e quase nunca é diplomática, mas, para surtir efeito, tem que ser frontal e assumida com coragem.

Escrever sobre assuntos tão diferentes, sem cair no discurso maçudo, é difícil, por isso optei pela utilização do diálogo imaginado, através de uma entrevista que só existiu na minha cabeça. Agora que já nada tenho a cobrar à Força Aérea e que a Força Aérea nada me deve, espero ser bem aceite e melhor compreendido.

Mais Alto: Comecemos por uma pergunta de carácter íntimo: como se sente na situação de reserva?

Cor. Luís de Fraga: Tendo sido uma opção pessoal a passagem à situação de reserva, acho que devo dizer que me sinto bem. Todavia, depois de trinta anos de oficial e mais de quarenta de uso de uniformes militares, sinto-me como se me faltasse qualquer coisa.

M. A. - Mais de quarenta de uso de uniformes militares?!

¹ Publicado na *Mais Alto. Revista da Força Aérea*, Agosto/Setembro, 1996, pp. 32-37.

L. F. - Exactamente, porque fui aluno, durante sete anos, dos Pupilos do Exército e, durante mais quatro, aluno da Academia Militar. Aliás, ser militar, para mim faz parte já de uma certa tradição que remonta a uma centena de anos: o meu Pai e o meu Avô foram militares dos quadros permanente; este último assentou praça em 1892!

M. A. - A propósito de Academia Militar gostava de lhe fazer duas perguntas...

L. F. - Faça uma de cada vez, para não nos perdermos nas explicações.

M. A. - Então, lá vai a primeira: Foi, de certeza, um dos oficiais que mais tempo prestou serviço na Academia da Força Aérea, por isso está em posição para se pronunciar sobre as evoluções que foram ocorrendo ao longo da sua permanência naquele estabelecimento de ensino, não é verdade?

L. F. - Realmente, foram onze anos muito ricos de experiências... Experiências diferentes de todas as outras que a minha especialidade, na Força Aérea, me poderia proporcionar. No entanto, acho que, quando se fala de oficiais com longa permanência de serviço na AFA, não nos devemos esquecer de algumas figuras que por lá passaram e que deixaram, também, o seu nome muito ligado àquela Casa...

M. A. - Nomeadamente?

L. F. - Nomeadamente, e correndo o risco de ser injusto por esquecimento, o Cor Engenheiro Aeronáutico António Cardoso e o TCor. Mendes Maria. Foram oficiais que estiveram emotivamente muito presos à AFA, em especial o Cor Cardoso, já que o TCor. Mendes Maria, depois da passagem à situação de reserva, se desligou da vivência diária, limitando a colaboração à leccionação das disciplinas que tinha a seu cargo.

M. A. - Mas, ainda não se pronunciou sobre as evoluções que viveu e nas quais, muito provavelmente, tomou parte.

L. F. - Olhe, foram tantas as mudanças evolutivas que é difícil hierarquizá-las, mas julgo que há duas que foram fundamentais: a criação do ensino politécnico e o arranque dos cursos *ab initio* de Administração Aeronáutica e das diferentes engenharias. Claro que poderia e deveria acrescentar a grande reforma do *curriculum* do curso de pilotagem.

M. A. - A forma como coloca a questão suscita, desde já, outras perguntas. Porque é que, em grande número de conversas que já tivemos, se refere, textualmente, «ao ensino politécnico na AFA» e nunca menciona a Escola Superior de Tecnologias Militares e Aeronáuticas?

L. F. - Deixe que antes de lhe responder coloque duas ideias prévias que me têm norteado do ponto de vista científico e, até, social: em primeiro lugar, considero que a crítica é

a principal fonte do progresso, se o entendermos como a mudança vantajosa; em segundo lugar, a verdadeira criatividade resulta da descoberta de novos modelos e nunca da repetição daqueles que já conhecemos. Ora, tendo estas duas ideias como pano de fundo, respondo à sua questão com base no facto de a ESTMA ter sido quase um nado morto, isto é, viveu poucos minutos.

M. A. - Um nado morto!!?

L. F. - É verdade. Repare, o diploma que cria a ESTMA começa, no artigo primeiro, por definir o que ela é e, numa das alíneas do artigo quarto ou quinto, acaba por, na prática, extingui-la. Então, assim, podemos dizer que a ESTMA nasceu para não existir, por isso, é quase um nado morto.

M. A. - Desculpe lá, mas será conveniente que se explique melhor.

L. F. - Quando, no tal artigo quarto ou quinto, se começa a dizer quais são os órgãos que compõem a ESTMA chegamos à conclusão que são todos aqueles que, realmente, existem e compõem a AFA, com a simples exclusão da Direcção do Ensino Politécnico e dos respectivos conselhos científicos e pedagógico. Era mais fácil, se se tivesse tido a coragem de ser inovador, criar, somente, na AFA, uma direcção de ensino politécnico com os seus conselhos próprios.

M. A. - Mas este diploma deve ter tido uma racional qualquer para ser aprovado e publicado do modo que acaba de referir.

L. F. - Claro que teve! Mas tratam-se de «racionais» convenientes que, em meu entender, escondem duas incapacidades simultâneas: por um lado, a incapacidade de assumir publicamente que, na Força Aérea, todos os oficiais são formados na AFA; por outro, a incapacidade de, nas Forças Armadas, se querer cortar com elitismos que deixam de ter fundamento quando estamos na viragem do século e do milénio. Há alguns anos, tive oportunidade de explicar pessoal e verbalmente ao, então, Director-Geral de Pessoal e Infra-estruturas do Ministério da Defesa que, na Força Aérea, a missão primária só se consegue cumprir com o contributo dos oficiais «bacharéis», enquanto que nos outros ramos isso não acontece. Veja que os oficiais licenciados, na Força Aérea, rondam os vinte e cinco a trinta por cento da totalidade, o que quer dizer que os «bacharéis» são fundamentais. Esta é uma realidade insofismável, enquanto os números forem estes.

M. A. - Mas falou em elitismo...

L. F. - Exactamente. Repare que o elitismo gera um terrível contra-senso que é ter oficiais que podem atingir o posto de coronel, que vencem um soldo igual aos seus camaradas

oriundos de cursos das Academias, a quem se pedem responsabilidades semelhantes e, em muitos casos, iguais, mas se lhes nega a frequência do curso de bacharelato naqueles estabelecimentos de ensino, porque são oriundos de sargentos. O meu ponto de vista é muito simples: ou estes oficiais são necessários ou não o são. Se são necessários, podem e devem ser formados na mesma Academia dos seus camaradas de ramo, diferindo somente o curso e a respectiva duração. Quando há um primeiro ano de formação geral comum a todos os futuros oficiais licenciados dos três ramos das Forças Armadas, como é que se pode compreender que existam escolas separadas para formar os oficiais dos mesmos ramos? No mínimo, trata-se de um elitismo que sai caro. E note que é um elitismo anacrónico no final deste século, porque, para frequentar os cursos de bacharelato, todos os candidatos devem ter o curso completo do ensino secundário e ter satisfeito às provas de carácter nacional.

M. A. - Em resumo, defende que todos os futuros oficiais deviam frequentar a Academia do respectivo ramo.

L. F. - Evidentemente, porque há que compreender o que é o ensino militar. Repare, e não é por acaso, que todas as três Academias têm como órgãos separados o Corpo de Alunos e a Direcção de Ensino. Com efeito, a educação do cadete passa por dois tipos de aprendizagens diferentes que se complementam: a educação militar e a educação «académica» (eu preferia chamar-lhe cultural e científica). Ora, perfeitamente comum a todos os alunos é a educação militar, enquanto a educação académica varia consoante o curso. Nesta perspectiva compreende-se que, destinados à frequência de uma licenciatura ou à de um bacharelato, os futuros oficiais devem estar sujeitos à mesma educação militar, porque essa é que constitui a essência da sua formação castrense, a outra pode adquirir-la num estabelecimento civil.

M. A. - Então, quer dizer que concorda com o recrutamento para o quadro permanente de licenciados por estabelecimentos civis a quem se dê uma formação militar adequada à função de oficial.

L. F. - Não foi isso que eu disse. Em última análise, só poderia concordar com tal sistema se a formação militar a ministrar tivesse, no mínimo, a duração de dois ou três anos lectivos.

M. A. - O quê?!!!

L. F. - Note que qualquer tipo de educação – científica, moral, militar, etc. – tem como finalidade primária modificar o comportamento do educando; trata-se menos de mudar o comportamento aparente do que alterar os valores profundos. Só quando estes são substituídos por outros é que se pode falar de educação. Ora, como é facilmente

compreensível, não é possível proceder a essa transformação profunda em três ou quatro meses; neste caso ficamos simplesmente pela transformação aparente e esperamos que a vivência no meio militar acabe ajudando à transformação desejada. Todavia, na minha opinião, é sempre uma aposta no escuro; e essas apostas devem ser controladas com muita cautela, isto é, tem de se manter uma massa crítica com uma formação correcta em número superior ao daqueles que tiveram uma educação menos aprofundada. É que estamos a falar de quadros dirigentes destinados a ocupar cargos de grande responsabilidade nas fileiras militares; não se trata de formar oficiais milicianos que têm uma aplicação muito limitada dentro do âmbito das responsabilidades globais. É porque penso desta maneira que dei o meu maior apoio e a minha máxima contribuição ao lançamento dos cursos *ab initio* de engenharia e de administração na AFA...

M. A. - Já lá vamos. Há pouco referiu-se a aspectos comuns de formação militar e isso faz-me lembrar uma outra questão sobre a qual gostaria de saber o que pensa. Qual é a sua opinião acerca do curso de Formação Geral Comum?

L. F. - Bom, o que lhe vou dizer agora é o que eu penso, não é o que eu fiz enquanto director de ensino na AFA; nessas circunstâncias procurei sempre, dentro do possível, separar a minha opinião pessoal da minha opinião institucional. Julgo que a Formação Geral Comum é o exemplo acabado da incapacidade de gerar modelos realmente novos; a FGC, ou algo com nome diferente mas sentido idêntico, foi um modelo que funcionou há trinta e muitos anos e que se arrastou até 1977 já só com os alunos da Força Aérea. O principal pressuposto para a existência da FGC – o conhecimento íntimo dos futuros oficiais dos três ramos – é, à partida, falso. Aos vinte anos ninguém está interessado em conhecer ninguém; os jovens ou se compatibilizam ou se incompatibilizam; ou existem afinidades ou não existem. Se formos pela positiva e imaginarmos um reencontro ao fim de dez, quinze ou vinte anos, os parâmetros de compatibilidade ou de afinidade são outros completamente distintos que só podem funcionar numa de duas circunstâncias: ou numa amena cavaqueira saudosista, ou numa almoçarada onde se tenha comido bem e bebido melhor. Depois disso, ou para além disso, surge todo o mundo de incompatibilidades que nasceu do facto de se terem seguido caminhos diferentes. Um modelo que seria mais ou menos novo e que, talvez, permitiria atingirem-se os objectivos que estão subjacentes à FGC, devia assentar na promoção de cursos comuns durante a carreira de oficial. Aí sim, iam encontrar-se pontos de contacto, afinidades reais construídas sobre uma vivência actual.

M. A. - Então, está a esquecer a experiência da salutar convivência de camaradagem que se conseguiu obter e viver durante a guerra em África?

L. F. - Lá estamos perante mais um equívoco! Deixe que eu explico. Em primeiro lugar, a guerra e as vivências em situação de conflito são diferentes daquelas que ocorrem em tempo de paz; na guerra os homens naturalmente cooperam, porque, havendo uma ameaça comum, há, também em comum, um sentimento de coesão. Comparar o tempo de guerra com o tempo de paz e igualar a cooperação que é possível estabelecer em cada um deles é um erro de palmatória. É um erro só possível de cometer por quem não tem conhecimentos de psicologia e de sociologia militares. Em segundo lugar, devemos-nos lembrar que durante a guerra em África todos nós éramos, de facto, jovens e haviam decorrido muito poucos anos sobre o tempo em que deixáramos de conviver na Academia Militar. Imagine que, quem entrou para a Academia em 1961 e concluiu o curso em 1964, tinha só dez anos de oficial em 1974 e, muito provavelmente, um mínimo de duas comissões em África. Quer dizer, entre o tempo dos bancos da Amadora e da Gomes Freire e África não chegaram a decorrer mais de três ou quatro anos. Quando somos jovens o tempo ganha uma dimensão muito diferente daquela que tem agora! Em terceiro lugar, haverá que ter presente que o curso para oficial general da Força Aérea era feito em Pedrouços, tal como o curso para oficial superior – este, pelo menos, até aos primeiros anos da década de sessenta. Como vê, até mesmo aos níveis mais elevados da hierarquia de então verificavam-se encontros em momentos decisivos da carreira que tinham muito pouco a ver com os que haviam ocorrido no tempo de cadete.

M. A. - Decididamente, não concorda com a FGC.

L. F. - Concordo com um outro modelo que permita encontros prolongados de oficiais dos três ramos ao longo das suas carreiras e em momentos decisivos dessas mesmas carreiras; não concordo com a FGC entendida do modo que se está a praticar. Acho que, do ponto de vista da educação militar enquanto processo de modificação de comportamentos, deve caber a cada ramo das Forças Armadas a obrigação e o dever de formar os seus cadetes de modo a gerar neles as idiossincrasias que são próprias do ramo. Do ponto de vista da pedagogia castrense, é mais equilibrado que se defina primeiro uma personalidade bem vincada capaz de encontrar, mais tarde, na cooperação, um sentido verdadeiro, do que começar um processo educativo híbrido que pode vir a rejeitar entendimentos futuros ou a não se encontrar bastante caracterizado enquanto personalidade autónoma.

M. A. - Quer dizer, se lhe fosse possível, acabava já hoje com a FGC, não é verdade?

L. F. - Não me atribua intenções que não tenho. Respeito demasiado a educação, ou melhor, o sistema educativo, para defender soluções radicais nesse domínio. Mal ou bem, a FGC está criada e ainda não rodou o suficiente para provar todos os aspectos negativos... digamos que lhe dou o benefício da dúvida.

M. A. - Então, em quê que ficamos,... Crítica só pelo prazer de criticar?

L. F. - Não senhor! Imagino é a possibilidade de compatibilizar uma série de factores que neste momento se conjugam e que, bem aproveitados, podem dar excelentes resultados. Repare que, segundo o processo que vigorou para ingresso no ensino superior – ao qual nós, Forças Armadas, nos vinculámos – podia entrar para o curso de Matemáticas um aluno que tivesse tido, nas diferentes provas de nível nacional, zero valores na disciplina de Matemática; o necessário era que não houvesse candidatos suficientes para preencher as vagas no curso superior em causa. Uma tal anormalidade só se justifica porque o ingresso nos estabelecimentos universitários estava sujeito à lei da oferta e da procura, tendo deixado de haver, realmente, uma selecção qualitativa. Ora, acontece que, com o recrutamento para os Estabelecimentos Militares de Ensino Superior – EMES –, sucederam situações semelhantes, porque não há uma selecção própria e independente do sistema nacional.

M. A. - Mas o que tem tudo isso a ver com a FGC?

L. F. - Se se acabasse com o ingresso nas Academias com o 12º ano de escolaridade e passasse ao 11º ano, a selecção seria personalizada e obedeceria aos critérios que fossem acordados pelos ramos e pelo Governo; depois, poder-se-ia leccionar em comum, no aquartelamento da Academia Militar, na Amadora, o 12º ano e mais algumas disciplinas de índole castrense elementar. No final desse ano o aluno poderia optar por continuar ou por desistir; no segundo caso teria as equivalências necessárias; no primeiro caso, ingressaria – se tivesse perfil científico e militar – na Academia para a qual tinha inicialmente concorrido. Como se vê, satisfazia a exigência da FGC e melhorava a possibilidade de recrutamento para os EMES. Entre nós tratar-se-ia, de facto, de uma experiência inovadora.

M. A. - Mas isso ia criar um regime de excepção e especial para o ingresso nos EMES!

L. F. - Mas é evidente que sim e o erro foi tentar igualar o ensino dos EMES ao dos estabelecimentos civis de ensino superior. Repare que não são igualáveis: quando um aluno do 3º ano da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa pede transferência para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a mudança só fica condicionada ao número de vagas; ora, como já adivinhou, quando, na prática, não é possível a um aluno do 3º ano da

Escola Naval transitar para curso semelhante da AFA, como é que será possível aceitar aqui, por transferência, um aluno do 3º ano do IST? Isto é a prova que o ensino superior militar é diferente do ensino superior civil. A diferença está no facto de que o ensino superior militar educa e profissionaliza, isto é, ao mesmo tempo que transforma a postura cívica e intelectual do aluno prepara-o para a integração de imediato numa actividade ou, se preferir, para comparar, num «emprego».

M. A. - Mas já viu que a FGC passava a corresponder ao último ano do ensino secundário e que era necessário montar esse sistema na Amadora!

L. F. - O presente justifica-se quase sempre pelo passado. Já se esqueceu que o 12º ano foi uma «invenção» pós 25 de Abril de 1974 e que resultou do ano de serviço cívico o qual, por seu turno, foi um processo de tamponar o acesso ao ensino superior quando se pretendia reestruturá-lo? Não se deve esquecer, também, que a guerra era uma forma de esconder uma série de problemas nacionais, porque eram absorvidos pela incorporação maciça nas fileiras – o ingresso nas universidades, o desemprego, etc. Ora, o que eu, afinal, neste momento proponho é um «regresso às origens», fazendo do 12º ano, de facto, aquilo que ele devia ser: um ano pré-universitário, neste caso, pré-universitário militar. E, deixe que lhe diga, o sistema está montado na Amadora, já que existe o ano vestibular para os alunos oriundos dos países africanos lusófonos; era só adaptá-lo.

M. A. - Bom, mudemos de assunto. Viu nascer os cursos, então designados *ab initio*, de engenharia e de Administração Aeronáutica e viu-os começar a dar os primeiros resultados. Quais são os seus comentários quanto a este assunto?

L. F. - Relacionando-os com a FGC, posso dizer-lhe que esta só serviu para os tornar mais longos um ano, no entanto, considerando-os em si mesmos, garanto-lhe que o ter-se iniciado as suas leccionações foi a decisão mais importante que há alguns anos se tomou. É a única forma válida e mais acertadamente correcta de recrutar engenheiros e administradores para os quadros permanentes da Força Aérea. Em abono da verdade, devo dizer que o arranque da leccionação passou por algumas vicissitudes para o que, também, contribuiu o lançamento da FGC no ano seguinte. Todavia, depois dos acertos que eram necessários, os cursos aí estão para dar os melhores resultados.

M. A. - Quer dizer, tudo vai bem com os cursos *ab initio*?

L. F. - Vamos lá ver, não foi isso que eu disse. O que afirmo é que os cursos estão lançados de modo a darem os melhores resultados, mas há ainda problemas grandes e, de certo modo, graves para resolver. Olhe, talvez, na minha perspectiva o problema mais

importante seja o da colocação de oficiais com habilitação e interesse para ministrarem muitas das disciplinas que neste momento são leccionadas por docentes universitários em regime de prestação de serviços por convénio com algumas universidades públicas. Este serviço custa uma boa maquia, todos os anos, à Força Aérea.

M. A. - Como é que quer praticar uma política de pessoal que satisfaça a essa sua intenção, numa altura em que toda a gente se queixa de falta de oficiais engenheiros e administradores?

L. F. - Disse bem, praticar uma política! A verdade é que não se definiu, até agora, uma política de colocação de professores na AFA... aliás, parece-me que não se definiu uma política de prática de docência na Força Aérea. Repare que os oficiais, de um modo geral, vêm sempre com maus olhos a sua colocação prolongada – digamos, mais de três anos – na área do ensino, porque receiam ser penalizados na sua «carreira» dentro dos quadros das respectivas especialidades. Ora, isto é um erro. Nas Forças Armadas, depois da administração da justiça, a instrução é a função mais importante; sem instrução não há Forças Armadas e não as havendo não há defesa. As Forças Armadas auto-reproduzem-se e quando nos esquecemos que temos de empregar, por exemplo, um certo número de oficiais de Administração para «fazer» outros, ou estamos a preconizar e a defender consciente ou inconscientemente o desaparecimento das Forças Armadas, ou estamos, de facto, a minorizar a nossa função específica – a de especialista de um certo saber – dentro das Forças Armadas. Não há volta a dar.

M. A. - Como me parece muito expedito no arranjar de soluções, porque é que não arrisca uma para resolver este problema?

L. F. - Como é evidente, não se trata de ser ou não expedito; trata-se, tão-somente, de há muitos anos andar a pensar nestas questões e ter arquitectado algumas saídas. Para o caso da necessidade de substituir grande número de professores civis a trabalharem ao abrigo de convénios – e note que, em média, por dezasseis semanas de aulas, as universidades cobram cerca de 1400 a 1500 contos, ou seja o equivalente ao vencimento líquido de cinco meses de um coronel – a solução tem de ser lenta e passa por atrair oficiais engenheiros e administradores à função docente. Se não se pode avançar para o abono legal de uma gratificação de instrução, pode arranjar-se um sistema de pontuação que acelere a promoção a certos postos, por exemplo, ou que garanta a colocação em certas situações no estrangeiro, para além de facilidades na obtenção de graus académicos – mestre e doutor em estabelecimentos nacionais ou estrangeiros. A simples rotina, a falta de imaginação, a

mesquinhez e, acima de tudo, a ausência de uma verdadeira política de colocação de pessoal na AFA acaba levando a Força Aérea a desbaratar alguns milhares de contos que só trazem verdadeiro proveito a quem os recebe. A Força Aérea tem de cuidar dos seus «reprodutores».

M. A. - Mas parece que está a esquecer que nem toda a gente tem capacidade para leccionar!

L. F. - Sabe qual é o curso específico, isto é, de preparação para ensinar, que faz qualquer docente universitário para leccionar no ensino superior? Não sabe, porque não há! No nosso país, obriga-se um professor do ensino secundário, para se profissionalizar, a fazer, para além do curso de licenciatura, um estágio pedagógico que dura dois anos, enquanto que um professor assistente-estagiário só necessita de ter classificação final de licenciatura igual ou superior a catorze valores e, para ser provido no lugar de professor assistente, só carece de fazer o mestrado. Como vê a selecção de um professor do ensino superior é, aparentemente, menos rigorosa do que a de um professor do ensino secundário. Assim, não cometeríamos nenhum «crime de lesa ciência» se seleccionássemos os mais classificados dos nossos engenheiros e dos nossos administradores interessados na função docente, lhes déssemos tempo – um ano lectivo – para prepararem as disciplinas que iriam leccionar e a possibilidade de estagiarem com um professor em regime de convénio para, ao cabo de dois anos, termos um docente de nível aceitável. Um professor não nasce, faz-se com o treino e o estudo; um professor é um estudioso que sabe comunicar de maneira fácil e compreensível não só os conhecimentos que estudou, mas, também, o método de trabalho para os adquirir.

M. A. - São só esses os problemas que existem com os cursos *ab initio*?

L. F. - Há mais problemas, no entanto, falar deles é dar uma dimensão de crescimento da AFA que só pode ser atingida quando algumas das actuais situações problemáticas forem solucionadas. Repare, as engenharias só são frequentadas em regime de internato, na Academia, até ao quarto ano de aluno, terceiro de curso...

M. A. - Espere aí, explique melhor esse código, porque não entendi.

L. F. - Os alunos dos cursos de engenharia e de Administração Aeronáutica, com a frequência da FGC, atrasam sempre um ano em relação ao conteúdo programático do próprio curso, quer dizer, um aluno do quarto ano de um curso de engenharia na AFA está, efectivamente, ao nível de um aluno do terceiro ano do IST...

M. A. - Então a FGC só serve para atrasar um ano na formação dos alunos de engenharia e administração?!

L. F. - Exactamente, é um problema de «menor múltiplo comum»; as minhas críticas não são infundamentadas. Mas vamos adiante. Melhorar as condições de ensino na AFA passava por acabar com a situação de semi-internato, que resulta do facto dos alunos das engenharias e de administração terem de ir frequentar os respectivos cursos em estabelecimentos civis de ensino superior...

M. A. - Antes de prosseguir, diga-me, afinal, quantos alunos é que frequentam, por exemplo, o terceiro ano do curso de Engenharia de Aeródromos?

L. F. - Olhe, de momento não me recordo do número exacto, mas são poucos... quatro, cinco ou seis. Os alunos dos cursos de engenharia e de administração nunca são muito numerosos.

M. A. - Já viu por quanto saía o custo de um aluno completamente formado na AFA?

L. F. - Claro que já. Mas a solução passa, exactamente, por constituir convénios vantajosos com as universidades. Imagine que abria a frequência dos terceiros, quartos e quintos anos de engenharia a trinta e cinco alunos civis de cada ano e curso e que negociava a presença gratuita de professores civis, oriundos das universidades, na AFA. De imediato rentabilizava as infra-estruturas existentes, com benefício para os nossos alunos, e vantagens para as populações do concelho de Sintra ou de outros limítrofes. Claro que, nestas circunstâncias, teria de haver, mais do que nunca, um equilíbrio proporcional entre o número de docentes militares e docentes civis, porque a AFA não poderia alienar a sua posição de escola autónoma e, acima de tudo, militar.

M. A. - Isso tudo ia ser muito complicado.

L. F. - Claro que ia ser complicado, mas ia colocar a AFA numa posição cimeira no que respeita ao ensino superior e prestigiar certas áreas técnico-laborais nas quais ainda somos perfeitamente concorrenciais. Pensar nas Forças Armadas como meros instrumentos de defesa militar é admitir a imagem de parasitismo orçamental. Temos de dar um salto em frente.

M. A. - E o que é que me diz relativamente ao novo *curriculum* do curso de Pilotagem Aeronáutica?

L. F. - Para ser sincero, acho que ele constitui a evolução possível dentro dos hábitos e das tradições que se enraizaram entre nós; era bom que fosse, de facto, uma ruptura com tradições que não trazem nada de novo; Todavia, o actual *curriculum* é o melhor possível dentro desse contexto.

M. A. - Gostava que se explicasse melhor. O que é que quer dizer quando se refere a hábitos e tradições?

L. F. - Peguemos em pequenos exemplos para podermos compreender. Há cinquenta anos atrás não se dava carta de condução automóvel a quem não aprovasse na instrução de mecânica, isto é, todo o condutor tinha de ter bons conhecimentos do funcionamento de motores de explosão, para além de saber reparar algumas avarias já razoáveis. Hoje em dia, em face da evolução tecnológica do automóvel, já nem é necessário saber substituir uma roda para obter licença de condução. Pois bem, com os aviões passou-se algo de semelhante; cada vez, ao nível da aprendizagem da condução aeronáutica, se exigem menos conhecimentos quer do funcionamento da máquina, quer das condições exteriores necessárias ao funcionamento da máquina. Entre nós, Força Aérea, para dar conteúdo científico ao curso de piloto aviador – e note que dou ênfase a este aspecto muito particular – foram-se exigindo conhecimentos matemáticos e físicos não só da máquina voadora, como das condições de voo, como ainda das envolventes do voo. Deste modo, desvirtuaram-se os reais objectivos da formação do oficial piloto aviador, porque pretendeu-se, acima de tudo, fazer dele um operador de aviões, quando se deveria ter em vista fazer dele, também, um operador de aviões.

M. A. - Dá-me a sensação de que está a jogar com as palavras...

L. F. - Não, pelo contrário. Estou a utilizar as palavras para evidenciar bem as diferenças. Peço-lhe que faça, mais uma vez, um esforço para acompanhar o meu raciocínio. Recorda-se de, há pouco, falar no problema dos oficiais recearem a permanência excessiva em funções de instrução, porque, depois, são penalizados em termos de progressão nas especialidades? Pois bem, tudo se explica por via do que acabo de dizer. As especialidades têm mais força, mais peso, mais importância, na vida dos oficiais do que o facto de serem, acima de tudo, oficiais da Força Aérea. Mais importante do que ser piloto aviador, ou ser administrador, ou ser meteorologista, é ser oficial da Força Aérea; e eu iria mais longe, porque, se em algumas das especialidades se pode chegar a brigadeiro, só na de piloto aviador é que se pode atingir o posto de general. Então, na Academia, há que fazer a preparação científica do oficial que pode atingir os postos mais elevados da hierarquia, dimensionando correctamente a preparação do especialista piloto aviador... ele tem de ter uma sólida formação em ciências militares e uma formação suficiente em pilotagem aeronáutica.

M. A. - Pois é, teoricamente tudo o que acabou de dizer pode estar – e não estou a dizer que está! - muito correcto, mas como é que resolve o problema da reprovação, no tirocínio, de um aspirante a oficial piloto aviador? Obriga-o a voltar ao segundo ano da AFA?

Ou, por exemplo, a situação de um oficial piloto aviador que, ao fim de oito, ou de quinze, anos resolve sair da Força Aérea ou, até mesmo, é convidado a sair?

L. F. - Vamos por partes. Qual o tipo de compromisso que a Força Aérea tem para com um aspirante a oficial piloto aviador? Rigorosamente, nenhum. Assim, sendo condição para ingresso na especialidade de piloto aviador a aprovação no tirocínio e não se verificando esse acontecimento, o candidato a oficial só tem um caminho, se a Força Aérea autorizar: tirar outro curso. Encontrar outras soluções, à custa do *curriculum*, corresponde a estruturar um curso em função da condição de reprovação ou, o que ainda é pior, em função do reconhecimento da pouca importância da formação teórica do oficial piloto aviador, porque, assim, parece indiferente o que ele estuda na AFA, o que interessa é o êxito que tem no tirocínio. Vamos, agora, ao caso do tal oficial piloto aviador com oito anos de serviço ou, até mesmo, com quinze, que é convidado a sair da Força Aérea. Para além de uma formação específica em pilotagem aeronáutica ele tem, ou deve ter, experiência na gestão de recursos humanos, mas, acima de tudo, a questão põe-se no facto de a Força Aérea não ter de assumir compromissos que não lhe cabem. Deste modo, ou paga a pensão a que o oficial tiver direito, se tiver, ou não; todas as obrigações param aí.

M. A. - Está bem, mas imagine que o mesmo acontece com um engenheiro... ele tem um modo de vida que ganhou na Força Aérea, para além da pensão a que tiver, ou não, direito!

L. F. - Contingências da escolha de uma carreira! Podia apresentar-lhe uma dezena de outras razões em que o engenheiro saía prejudicado, mas, estamos, de facto perante contingências que só muito vagamente podem ser atenuadas. Nestes casos tem é de se usar de critérios rigorosos que não se transformem em verdadeiros poços de favoritismo.

M. A. - Já vai longa a nossa conversa e, já que começámos por uma pergunta de carácter pessoal, gostava de acabar com outra. E, agora, o que é que vai fazer?

L. F. - Se tiver saúde, vou fazer três coisas de que gosto muito: estudar, dar aulas numa Universidade e escrever, tendo em vista obter o grau de doutor em História.

M. A. - E a Academia da Força Aérea?

L. F. - Por agora, vou afastar-me. Quero viver a saudade com a mesma intensidade com que vivi a presença. Mais tarde... Mais tarde, não sei. Se quiserem e tiverem paciência para ir ouvindo histórias da História, voltarei à «minha» Academia.

M. A.: A tarde de começo de Primavera estava a chegar ao fim. Da janela da sala do nosso interlocutor vê-se a margem sul do Tejo. Depois de dizer esta última frase, os seus

olhos fixaram-se lá longe – pareceu-me, até, que na Base Aérea do Montijo – e ficou pensativo, talvez recordando outros tempos e outros acontecimentos de uma vida militar que tem muito para contar. Deixámo-lo ficar absorto nos seus pensamentos e, sorrateiramente, esgueirámo-nos da sua presença.



Março de 1996.